

Minorias e discurso na esfera pública digital: o caso da Parada Gay

Minorías y discurso en la esfera pública digital: el caso de la Marcha del Orgullo Gay

Minorities and discourse in the digital public sphere: the case of the Gay Pride Parade

Adriana Andrade Braga¹

Juliana Depiné Alves Guimarães²

Resumo *Este artigo investiga a dispersão social dos sentidos sobre a Parada do Orgulho LGBT, ocorrida em 2011, na cidade de São Paulo. Foram observadas as manifestações discursivas sobre este evento na esfera pública digital, a partir de matérias jornalísticas e comentários postados sobre o tema. Da análise destes discursos, foram identificados três eixos centrais de argumentação: pertinência do evento; direitos civis de minorias sexuais; juízo moral – biológico e religioso – sobre a diversidade sexual.*

Palavras-chave: Parada Gay; Minorias sexuais; Discurso; Esfera pública digital

Resumen *El artículo investiga los debates cerca de la Marcha del Orgullo LGBT, que se pasó en São Paulo, Brasil, en 2011. Fueran analizadas las reacciones discursivas a este evento en la esfera pública digital, en matérias periodísticas y conversaciones digitales. Del análisis de estos discursos, fueran identificados tres ejes centrales de argumentación: relevancia del evento; derechos civiles de las minorías sexuales; juicio moral – biológico y religioso – cerca de la diversidad sexual.*

Palabras-clave: Marcha del Orgullo Gay; Minorías sexuales; Discurso; Esfera pública digital

¹ Pós-Doutorado pela UFMG. Professora no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e coordenadora do GT Recepção, usos e consumo midiático da COM-POS, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; adrianabraga1@yahoo.com.br.

² Doutoranda em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Bolsista da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ); julianadepine@gmail.com.

Abstract *This paper investigates the debates regarding the LGBT Pride Parade, that took place in 2011 in São Paulo, Brazil. Discursive reaction to the event on the Internet was analyzed, from news and digital conversation. Through these discourses, three main arguments were identified: the relevance of the event; civil rights for sexual minorities; moral judgements – biological and religious – regarding sexual diversity.*

Keywords: *Gay Pride Parade; Sexual minorities; Discourse; Digital public sphere*

Data de submissão: 5/2/2014

Data de aceite: 17/3/2014

Introdução

Movimentos sociais de negros/as, feministas, homossexuais: o século XX assistiu, especialmente a partir da década de 1960, a uma intensificação de ações coletivas de minorias organizadas para afirmar suas identidades e reivindicar seus direitos, enfatizando suas demandas em aspectos bastante diferentes dos privilegiados pelas análises de cunho marxista. Anteriormente, paradigmas fundamentados nas estruturas econômicas da sociedade eram os mais utilizados para explicar o conflito social, que seria causado pelas crises do sistema de produção capitalista, na forma de “luta de classes”. Já nas últimas cinco décadas do século passado, a mobilização coletiva, embora não tenha deixado de considerar questões econômicas, passou a ampliar seu foco em esferas até então relativamente excluídas do debate, por serem consideradas “privadas”, como família, educação e sexualidade.

Neste paradigma, em que assuntos íntimos se tornam questões políticas, situam-se também os movimentos de minorias sexuais, cuja denominação mais recente é a sigla LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais e transgêneros). A Parada do Orgulho LGBT, neste sentido, é a ação coletiva de maior visibilidade do grupo e destaca em suas temáticas questões e demandas caras às minorias sexuais.

O evento configura um acontecimento substancialmente tematizado no campo midiático e propõe uma agenda, em variados segmentos da sociedade, de questões e tópicos de interesse de grupos minoritários sexuais. Levando em consideração que uma das características principais do campo das mídias é a mediação das relações entre outros campos, os tópicos relacionados à Parada Gay são atualizados em debates e deliberações nos quais posicionamentos oriundos de campos sociais diversos são apresentados em permanente conflito e negociação. Neste sentido, este estudo buscou investigar os sentidos produzidos a partir do evento em São Paulo, em um esforço de compreender os elementos que fundamentam as posições sociais em disputa por legitimidade acerca não somente do acontecimento, mas também das sexualidades minoritárias.

Neste artigo, tratamos, em linhas gerais, do papel das identidades sobre as ações de grupos minoritários e resgatamos algumas das teorias que discutem as potencialidades e limitações da rede mundial de computadores em termos de participação no estabelecimento de uma esfera pública mais aberta e porosa à democratização da informação e a grupos minoritários. Ao final, apresentamos os resultados desta pesquisa, que tratou da midiaticização da Parada Gay e da dispersão de sentidos no campo discursivo da internet.

Sobre a Parada Gay: identidade, ativismo e discurso

De acordo com Facchini (2005), é na década de 1970 que surge o “movimento homossexual brasileiro”³, com a criação do grupo Somos, em 1978, que teria sido a primeira proposta de politização da homossexualidade. É à medida que se inicia a década de 1990, no entanto, que os grupos de defesa de minorias sexuais começam a se aproximar do modelo de Organização Não Governamental (ONG) esboçado por Rubem César Fernandes (1985), apresentando elementos como a profissionalização de militantes.

Outra característica relevante que se inicia nos anos 1990 e se intensifica no início do novo milênio é a estratégia de visibilidade massiva buscada pelos ativistas. As mídias passam a ser vistas como potenciais aliadas do movimento, embora esta também seja uma relação, muitas vezes, permeada de conflitos. Outro interlocutor cuja relação com o ativismo se amplia é o mercado segmentado, que passa a dedicar mais atenção ao potencial consumidor do público LGBT, fornecendo serviços e produtos destinados a homossexuais, como agências de turismo e namoro, discotecas, festivais de cinema, além de *sites*, publicações e seções sobre temáticas LGBT em grandes veículos de comunicação.

As Paradas Gays brasileiras têm como origem as marchas de rua organizadas para relembrar os chamados acontecimentos de Stonewall, nos Estados Unidos. Em 28 de junho de 1969, no Stonewall Inn, considera-

³ A nomeação do sujeito político do movimento sempre foi alvo de controvérsia, como ilustra Facchini (2005). Segundo a autora, alguns exemplos de siglas que já foram usadas para “demarcar” o movimento são MGL (movimento de gays e lésbicas) e GLT (gays, lésbicas e travestis).

do um bar *gay*, um grupo de clientes se recusou a pagar propina a policiais, que frequentemente os atacavam e realizavam prisões ilegais, além de extorsões. Os homossexuais reagiram violentamente à presença dos policiais, e o conflito durou três dias, estendendo-se a outras ruas. Mais tarde, o dia 28 de junho tornou-se o “Dia Mundial do Orgulho Gay”.

No Brasil, a existência das Paradas do Orgulho LGBT corresponde às novas relações do movimento com as mídias e o mercado, configurando, especialmente no caso de São Paulo, um acontecimento bastante rentável para a economia da cidade. Segundo estudo do Observatório do Turismo, em 2010, quase meio milhão de turistas chegou à cidade somente para participar do evento.⁴

Em São Paulo, o evento reúne um público heterogêneo, que abrange não somente lésbicas, *gays*, bissexuais e transexuais, mas também heterossexuais simpáticos à causa ou à manifestação. Configura-se, de forma geral, como uma passeata de caráter festivo, na qual trios elétricos executam músicas eletrônicas para os/as participantes, que seguem o trajeto dos carros dançando, cantando e bebendo, em uma atmosfera bastante similar à de uma festa de rua.

A cada edição, a Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, que organiza o evento, escolhe um conceito-chave para a manifestação; em 2011, o tema foi “Amai-vos uns aos outros: basta de homofobia”. Por mais variadas que sejam as participações e apropriações políticas de organizações e ativistas independentes em torno desta mobilização, existe, de forma geral, um ponto comum: combater a discriminação e a violência em relação às minorias sexuais (CARRARA; RAMOS, 2005, p. 14).

Ainda que, no Brasil, mudanças tenham ocorrido no plano formal, como o reconhecimento legal de uniões estáveis entre homossexuais pelo Supremo Tribunal Federal, no dia 5 de maio de 2011, no terreno do cotidiano, das relações informais, as manifestações de numerosos segmentos da sociedade a respeito das práticas homossexuais são, muitas

⁴ Reportagem SPTuris apresenta perfil dos participantes da Parada Gay, no *site* Mercados e Eventos.

vezes, violentas, “combinando elementos de discurso fundamentalista religioso [...] com o intuito de gerar um efeito de pânico moral em torno de imagens como a da *pedofilia* e da *perversão*” (FACCHINI, 2009, p. 140).

Para compreendermos o ativismo presente nas Paradas Gays, propomo-nos agora a situá-lo no espectro mais amplo dos movimentos sociais do início do século XXI e a jogar luzes sobre a importância das identidades para a ação coletiva, uma vez que, conforme Melucci (1989) destacou, a ação coletiva não pode prescindir da capacidade dos atores em “partilharem uma identidade coletiva (isto é, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social)” (MELUCCI, 1989, p. 57).

A identidade como categoria de formação da subjetividade do ator social, lembra-nos Calhoun (1994), torna-se tema de debate somente na modernidade⁵ –, não porque antes a identidade não existisse, mas porque, a partir deste momento histórico, a definição de quem nós somos e a possibilidade de sustentarmos nossa subjetividade ao longo do tempo problematizam-se, prevalecendo uma grande multiplicidade de possibilidades identitárias.

O construtivismo social deu importante contribuição às discussões sobre a identidade ao destacar que ela não é um elemento “pré-dado” ao indivíduo, assim como não é elaborada de acordo com sua livre vontade. Com estas teorias, os construtivistas vão firmemente de encontro a ideias essencialistas, como as “de que os indivíduos podem ter identidades não problemáticas, harmoniosas no todo, íntegras e singulares” (CALHOUN, 1994, p. 13).

Trazendo esta questão para os movimentos sociais, a essencialização é, também, um risco para a ação LGBT. A teoria *queer*⁶, ao questionar a continuidade necessária entre sexo e gênero, defende que as práticas

⁵ Estamos cientes de que o conceito de “modernidade” comporta diversas definições. Compreendemos pelo termo as transformações sociais provocadas principalmente com o advento da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra em meados do século XVIII e expandida para o mundo no século seguinte.

⁶ Apesar de os teóricos *queer* apresentarem divergências, existiriam alguns pontos em comum. Na definição de Seidman (*apud* LOURO), eles “são favoráveis a uma estratégia descentradora ou desconstrutiva que escapa das proposições sociais e políticas programáticas positivas; imaginam o social como um texto a ser interpretado e criticado com o propósito de contestar os conhecimentos e as hierarquias sociais dominantes” (LOURO, 2001, p. 9).

sexuais ultrapassam a oposição homossexual/bissexual, mulher/homem, já que existe uma gama de relações e formas particulares de construção de identidades. No caso de *gays*, lésbicas, bissexuais e transexuais, um tratamento essencialista pode diluir em uma mesma categoria uma série de possibilidades em termos de vivência da própria sexualidade, assim como as diferentes violências e discriminações sofridas pelos sujeitos. Nem sempre se pode combinar, em uma mesma categoria analítica, a discriminação sofrida por travestis com a sofrida por lésbicas, por exemplo. Para podermos acessar alguns dos principais significados do ativismo LGBT, é importante trabalharmos com uma dimensão de identidade aberta à pluralidade, assim como aos conflitos que possam emergir das diferenças entre os sujeitos envolvidos – conflitos estes que podem contribuir na construção de novos significados.

A importância da identidade coletiva para a ação dos grupos foi bem definida por Tarrow (2009) e Melucci (2001). De acordo com Tarrow, a mobilização acontece em grande parte quando os atores sociais, trabalhando em cooperação e colaboração, são bem-sucedidos em criar um consenso sobre questões de interesse do grupo, a partir de significados compartilhados, socialmente comunicados e culturalmente inscritos. Este consenso é o chamado enquadramento interpretativo, gerado a partir da interação; é também a elaboração de um “nós” em oposição a um “eles/elas”, ou seja, de uma identidade coletiva que partilha de importantes definições para o grupo, como opositores, estratégias e recursos discursivos.

A própria “sopa de letrinhas” do movimento LGBT no Brasil, expressão originalmente criada pela mídia para ironizar as tentativas de nomear o grupo e apropriada por Facchini (2005) para o título de seu livro⁷, indica a heterogeneidade dos atores, fins e ambiente em que a ação ocorre, para usar os termos de Melucci. Isto não impede, contudo, a mobilização; conforme nos elucida Tarrow (2009), a solidariedade, os laços sociais criados pelos (e vividos entre) sujeitos com base em um

⁷ Como a própria autora esclarece na Introdução de *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90* (1995).

mesmo senso de pertencimento à coletividade são condições primordiais para a ação. Na Parada Gay, muitos dos atores se unem, embora muitas vezes de forma difusa ou fragmentada, com base em algumas demandas em comum, como o combate à discriminação e a conquista de direitos civis.

A indefinição das fronteiras entre as preocupações “políticas” e as questões de ordem privada é também um dos elementos principais daquilo que Offe (1985) vai designar como um novo paradigma dos movimentos sociais. Embora seu estudo focalize as mudanças observadas na Europa Ocidental que se intensificaram a partir da década de 1970, muitas das definições podem ser aplicadas à realidade dos/das ativistas LGBT no Brasil, que também mobilizaram na esfera pública temas outrora vistos como privados.

Offe (1985) situa o “antigo paradigma” da agenda dos movimentos sociais no período entre o pós-guerra e o início da década de 1970. A pauta da política europeia tinha como temas centrais o crescimento econômico, a distribuição de renda e a segurança. Os atores coletivos principais eram organizações de interesse altamente institucionalizadas e partidos políticos; para atingir o crescimento e eficácia econômica, as liberdades de propriedade e de investimento eram fervorosamente defendidas.

O novo paradigma, em oposição ao modelo anterior, começa a politizar temas que “fugiam” da divisão entre as esferas pública e privada, característica da teoria política liberal. Com esta mudança, os movimentos passariam a se localizar em uma espécie de posição intermediária, reivindicando um tipo específico de questão “que não é ‘privada’ (no sentido de não ser da preocupação legítima de outras pessoas) nem ‘pública’ (no sentido de ser reconhecida como um objeto legítimo de atores e instituições políticas oficiais)” (OFFE, 1985, p. 826).⁸ O espaço de ação dos novos movimentos passa a ser, então, uma “política não institucional”, que ainda assim não chega a ser de ordem privada – mas é política, porque os atores reivindicam que tanto os meios da ação coletiva sejam

⁸ Tradução própria. No original: “that is neither ‘private’ (in the sense of being of no legitimate concern of others) nor ‘public’ (in the sense of being recognized as the legitimate object of official political institutions and actors)”.

considerados legítimos como os fins possam comprometer e ser incorporados pela comunidade de forma mais ampla, ultrapassando os interesses sectários.

Outra característica observada por Offe (1985) nos movimentos sociais recentes refere-se a um modo externo de ação específico – que também podemos observar no ativismo atualizado na Parada Gay –, caracterizado por táticas de demonstração que se valem da presença física de multidões, com o objetivo de mobilizar a atenção pública por meios legais e não convencionais. Da mesma forma, os atores conceberiam a si mesmos como constituintes de uma espécie de aliança *ad hoc*, em vez de um grupo ideologicamente integrado, o que abriria muito espaço para uma “ampla variedade de legitimações e crenças entre os protestantes” (OFFE, 1985, p. 830). A Parada Gay agrega, como já foi dito, atores extremamente heterogêneos, que temporariamente conjugam forças em torno de demandas universalistas.

Esfera pública e internet

Durante grande parte de sua obra, Jürgen Habermas analisou os potenciais emancipatórios do agir comunicativo. Um conceito-chave, neste sentido, foi o de esfera pública, fundamental para se pensar as possibilidades de ação democrática. A esfera pública é essencial para se pensar a democracia não somente por ser espaço de negociação, conflito e construção de significados entre diversos atores sociais, mas também porque, nela, a própria relação entre os sujeitos está em contínua transformação, assim como a forma com que enxergam a realidade – que aspectos devem ser mantidos, modificados, contestados (PEREIRA, 2011).

A Parada Gay propõe tópicos e questões que repercutem na sociedade como um todo, produzindo espaços em que a conversação pública ganha forma. Os mais diversos sujeitos sociais se veem convocados a elaborar opiniões e interpretações a respeito das sexualidades não heteronormativas e do evento em si, construindo um mosaico de discursos que pode nos ajudar a compreender as posições diversas da sociedade a respeito das minorias sexuais.

No entanto, consideramos que, afirmar de antemão que a internet corresponde aos critérios de uma “esfera pública”, na qual circula uma “opinião pública”, é tarefa bastante complicada, uma vez que, para isso, precisamos não somente explicitar que conceitos de esfera e opinião pública estamos utilizando, como também abordar alguns dos ajustes teóricos que estes sofreram ao longo do tempo e interessam ao presente trabalho. Da mesma forma, vamos investigar, brevemente, as relações dos meios de comunicação de massa e da comunicação mediada por computadores com as transformações da esfera pública.

Para Jürgen Habermas (1984), a esfera pública, em uma acepção específica, existe somente na burguesia da Inglaterra do século XVIII, com reverberações na França e na Alemanha. Sua ideologia, no entanto, repercute além das barreiras espaço-temporais, a ponto de termos como “opinião pública” terem se tornado tão populares, mesmo que o próprio conceito tenha se distorcido e reconfigurado. O filósofo alemão defende que esta esfera refere-se a proprietários privados, sempre do sexo masculino e com adequado grau de instrução, que se reúnem em público para, por meio de uma deliberação crítico-racional, discutir questões categoricamente privadas que são, contudo, de interesse geral (generalidade, aqui, entendida como a da classe burguesa).

Habermas defende que, à medida que o capitalismo avança para seu estágio mercantilista, dotado de uma administração e Exército permanente, surge a necessidade de os burgueses, já emancipados economicamente em relação ao Estado, emanciparem-se também politicamente – para isso, criam um espaço próprio para debate de temas como o intercâmbio de mercadorias e a regulação do trabalho social. É neste momento, também, que a imprensa moderna ganha força, “as próprias notícias tornam-se mercadorias” (HABERMAS, 1984, p. 35), e o Estado começa a se interessar pela imprensa, vendo nela uma ferramenta útil para a administração. Para Habermas, só quando as autoridades utilizam a imprensa a fim de tornar conhecidos os decretos e portarias é que o alvo do *poder público* torna-se autenticamente um *público*. Este público, que fique claro, não é a massa generalizada; muito pelo contrário, é um grupo restrito formado por leitores. No entanto, este público a quem se

dirige a imprensa é também crítico; às questões que são submetidas ao julgamento de um público pensante, Habermas dá o nome de “publicidade”. Sua face crítica já ganha, na segunda metade do século XVII, o nome de “opinião pública”.

É neste sentido que acreditamos ser fundamental expor os critérios e requisitos de opinião pública da forma com que nos propomos a aplicar o termo. Para Habermas, nem toda opinião pode ser chamada de pública, na medida em que alguns princípios norteiam esta publicidade; o mais importante deles é a racionalidade. Em Kant, Habermas encontra a versão amadurecida desta orientação, em sua oposição ao princípio absolutista *auctoritas non veritas facit legem* (“A autoridade, não a razão, faz a lei”). Desta forma, de acordo com os ideais kantianos, não deveria haver coerção, nem dominação pessoal exercida pela força; apenas a razão deveria ter poder e se sobrepor aos demais critérios. Por meio da “publicidade”, a política poderia, enfim, reconciliar-se com a moral.

Ao longo de décadas, o conceito habermasiano de esfera pública sofreu algumas críticas e propostas de revisão. Em *Mudança estrutural da esfera pública*, o filósofo alemão havia considerado a multiplicidade de esferas públicas um risco, uma vez que poderia provocar fragmentação e prejudicar a busca de um consenso racional para as questões de interesse comum, abordadas na deliberação. Nancy Fraser (1997), entre outras sugestões de revisão crítica, destaca que Habermas falhou ao examinar outras esferas, e com isso acabou idealizando a burguesa. A autora cita como exemplos as formas que mulheres do século XIX encontraram para ter acesso à vida política, ainda que excluídas da deliberação oficial, além da organização de paradas e protestos de rua.

Fraser argumenta que a existência de uma única esfera pública não é salutar para o fortalecimento democrático, especialmente em países altamente estratificados. Nestes locais, as esferas em que há acesso a informações e poder de influência em relação às decisões governamentais e oficiais são, muitas vezes, pouco acessíveis para os públicos subalternos, de acordo com Fraser. A autora propõe, então, um paradigma de esfera pública diferente da burguesa teorizada por Habermas

(1984), de acordo com a qual existiria não somente uma esfera pública, mas várias; nestes espaços, os grupos minoritários poderiam encontrar eco para suas vozes, criar novos significados e buscar legitimação de identidades.

Ao estudarmos as formas contemporâneas de participação democrática na esfera pública, a comunicação mediada por computador revela-se bastante enriquecedora, mesmo se levarmos em consideração suas limitações. Afinal, devido à proliferação de vozes que favorece, a internet oferece ressonância para diversas questões de interesse da sociedade, funcionando como um *locus* privilegiado para a investigação.

Nossa problemática localizou-se neste momento em que se ampliaram as respostas da sociedade em relação aos projetos LGBT: buscamos pesquisar e compreender os argumentos e tomadas de posição a respeito da Parada Gay nas arenas públicas de deliberação que se formam em ambientes *on-line*. O objetivo consistiu em, à luz de conceitos provenientes da Análise do Discurso, conhecer e analisar as lógicas que permeiam os discursos suscitados pelo evento, uma vez que evidenciam pontos de vista da sociedade a respeito de sexualidades minoritárias e da própria Parada Gay em si. As deliberações a respeito do evento, assim, apresentaram pistas importantes para investigarmos algumas das percepções sociais a respeito deste momento do ativismo LGBT e também sobre as demandas e estratégias de organização de grupos LGBT.

Uma discussão de resultados

a) Sobre a pertinência do evento

Esta categoria evidenciou, principalmente, as discussões a respeito da legitimidade e/ou relevância do acontecimento da Parada Gay em si. As opiniões que, em algum grau, se opuseram ao evento, alegaram que ele deixou de ser uma manifestação política para se transformar em um grande carnaval, palco de atos “libertinos”. Além disso, a causa *gay*, de acordo com estes discursos, não seria tão prioritária para a socie-

dade brasileira, que teria problemas mais graves e urgentes para tratar, como a pobreza e a corrupção. É o que evidenciam os exemplos abaixo destacados:⁹

01. José Maia diz:

Sujeira, nudismo, uso de drogas, embriaguês, além de sexo explicito como já foi flagrado nas travessas da Paulista. **Direitos** se conquistam de **outras formas**, por enquanto é **só carnaval** mesmo!

Comentário sobre notícia “15ª Parada Gay espera reunir 3 milhões”, *Diário do Grande ABC* (Agência Estado), 26 de junho de 2011.

02. Natvalle diz:

Os homossexuais com **esse papo** de homofobia e arrogância, estão aumentando o preconceito e a intolerância... isto já está ficando insupportável.

Porque não fazem campanhas para uma **EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO ENSINO PÚBLICO**.[...] **ACORDA BRASIL!!!**

Comentário sobre notícia “Hackers invadem site da Parada Gay de São Paulo”, *Globo On-line*, 6 de junho de 2011.

Por seu lado, as argumentações que buscaram elaborar uma defesa da Parada Gay focaram no papel desempenhado pelo evento para a economia e o turismo da cidade de São Paulo, na grande quantidade de participantes e, em menor escala, no aspecto da manifestação como promotora de tolerância e igualdade. É interessante notar, neste sentido, a contradição das opiniões que, ao mesmo tempo que criticaram a Parada Gay por seu suposto aspecto “carnavalesco” e apolítico, também efetivaram uma oposição geral às próprias demandas LGBTs (como o PLC 122), esvaziando o aspecto político das reivindicações. As operações discursivas abaixo ilustram estas opiniões:

03.

Economicamente, a Parada Gay é o segundo evento que mais movimenta a capital paulista, perdendo apenas para a Fórmula 1. No ano passado, a

⁹ Todos os trechos ao longo da análise foram utilizados em suas grafias originais, sem correções ortográficas ou gramaticais.

Parada trouxe mais de 400 mil visitantes para a cidade e girou **nada menos que R\$ 188 milhões** no setor de turismo.

Por Felype Falcão

Trecho da notícia “Ocupação hoteleira na região da Paulista mantém mesmo índice dos anos anteriores”, *Mix Brasil*, 21 de junho de 2011.

04. Europa Nordeste diz:

O Brasil não é e nunca será um país teocrático. Seremos e somos uma **democracia** onde haja **respeito** e **liberdade** pelas diferenças. [...] A comunidade gay brasileira deve se manifestar abertamente contra a intolerância e deve ter representantes em Brasília. Parada Gay de São Paulo, **o mundo te parabeniza**.

Comentário sobre notícia “Hackers invadem site da Parada Gay de São Paulo”, *Globo On-line*, 6 de junho de 2011.

No que tange ao argumento de defesa mais recorrente, a relevância do evento para a economia e o turismo da cidade, observa-se que a lógica mercadológica, na interpretação dos grupos minoritários, pareceu mais persuasiva como tática de defesa, mais sensível à mentalidade social do que os aspectos políticos do evento.

b) Sobre os direitos civis das minorias sexuais

A segunda categoria de análise identificada em nosso estudo referiu-se às discussões sobre os direitos civis das minorias sexuais. Neste sentido, ao longo do material organizado, predominaram as interpretações que se opuseram às demandas LGBT. Em primeiro lugar, o PLC 122, nestes discursos, é visto como uma “mordaza” gay: ao criminalizar a discriminação por orientação sexual, o projeto, de acordo com estas operações discursivas, também cercearia a pregação de líderes religiosos – indo de encontro aos princípios constitucionais de liberdade de expressão e crença:

05.

Com relação as leis como a PLC 122, que pretende criminalizar a homofobia, **ele (o pastor Silas Malafaia) diz que para isso já tem lei**, e portanto, chama esse tipo de lei reclamado pelos homossexuais, de “lei

do privilégio". [...] "Eu fui chamado para falar qualquer assunto da sociedade", concluiu ele **reclamando** seu **direito de cidadão**. (Grifos nossos)

Trecho da notícia "Silas Malafaia critica Parada Gay e Cobertura da Mídia", site: *Christian Post*, 2 de julho de 2011.

Outro ponto recorrentemente debatido foi o *kit* anti-homofobia, que seria distribuído em escolas com o objetivo de conscientizar crianças e adolescentes a respeito da diversidade sexual, mas em maio teve sua produção interrompida pela presidenta Dilma Rousseff. O conjunto, composto de material didático, foi denominado, nestes discursos opositores, de "*kit gay*" e deveria ser combatido porque "estimularia" jovens a se tornarem homossexuais. O trecho abaixo evidencia esta perspectiva:

06. Mosart Aragão Pereira diz:

Se o Kit Gay fosse distribuído nas escolas hoje também teríamos a realização da 1ª passeata mirim GAY. **Parabéns ao Deputado Bolsonaro** que evitou tal crime contra a **FAMÍLIA brasileira**.

Comentário sobre a coluna "São Paulo é mais gay ou evangélica?", *Folha On-line*, 24 de junho de 2011.

Tanto no caso do PLC 122 como no do *kit*, a noção que prevaleceu nestas interpretações foi a de que grupos LGBT estariam estabelecendo uma espécie de "ditadura", associada a uma suposta imposição de direitos da minoria.

As estratégias discursivas de defesa dos projetos LGBT, por sua vez, basearam-se em duas interpretações. Em primeiro lugar, a de que o Estado brasileiro é laico, logo as decisões legais não podem ser influenciadas por doutrinas religiosas. Em segundo lugar, a opinião de que as minorias sexuais não estariam buscando privilégios, mas sim um *status* de igualdade de participação na sociedade.

07. Eliezer Queres diz:

PERFEITO O TEMA DOS GLBTs nestes tempos de intolerância e **interferência religiosa**. Abaixo a **ditadura evangélica**, a **mordaca evangélica** e a **evangelismo**!

Eu exijo um Estado **Laico** no meu país!

Comentário sobre a notícia "15ª Parada Gay de SP é lançada com carta contra conservadorismo", *Folha On-line*, 6 de junho de 2011.

Nestes discursos, projetos específicos de e para minorias sexuais – sejam projetos de lei, como o PLC 122, sejam de conscientização, como o *kit* – foram aceitos e defendidos, inseridos em uma noção de que, por conta da discriminação sofrida por LGBT, seriam necessários mecanismos que busquem uma reparação histórica das injustiças.

Se, nos discursos opositores aos projetos LGBT, os artigos constitucionais predominantemente evocados foram os de liberdade de expressão e crença, nos discursos favoráveis, o princípio constitucional a gravitar sobre as argumentações foi o de igualdade entre os cidadãos.

c) Juízo de valor moral, biológico e religioso, sobre sexualidades não heteronormativas

A última categoria de análise estabelecida tratou dos juízos morais sobre a prática homossexual, nos campos religioso e biológico. Em relação ao primeiro, um dos apelos mais recorrentes do discurso religioso, que categorizou e interpretou a prática homossexual como pecado, baseado em citações bíblicas específicas, foi o de natureza: de acordo com esta perspectiva, a homossexualidade consistiria em um pecado, porque se apresentaria contrária à noção idealista de uma natureza pura. Este aspecto supostamente “pecaminoso” é ilustrado no trecho abaixo:

08. F@BIO diz:

Gostaria de saber o que elas dizem a respeito do que **DEUS** diz nesta parte da bíblia: Romanos 1.24: “Por isso também Deus os entregou às concupiscências de seus corações, à imundícia, para desonrarem seus corpos entre si”. E também deste. **Romanos 1.26-32**: “Por isso Deus os abandonou às paixões infames ... Porque até as suas mulheres mudaram o uso natural, no contrário à natureza...”

Comentário sobre a notícia “Lanna Holder e sua companheira farão evangelismo na Parada Gay em SP”, *Gospel Prime*, 16 de junho de 2011.

Grande parte dos argumentos que condenaram a homossexualidade, do prisma religioso, elaborou uma memória discursiva, de um tempo imemorial ainda em estado de perfeição, na qual a homossexualidade não teria espaço por não multiplicar a espécie, por contradizer uma “or-

dem natural”. Foi neste sentido que observamos com frequência, por exemplo, alusões aos mitos de Adão e Eva para afirmar a suposta legitimidade da heterossexualidade. Por meio de um jogo de palavras, o fragmento abaixo evoca e afirma a heterossexualidade dos personagens bíblicos:

09. Flalemão diz:

Deus não criou **Adão e Ivo** ou não criou **Adama e Eva...**

Comentário sobre a notícia “Sou uma travesti que já nasceu operada”, diz Preta Gil na abertura da Parada Gay em SP”, *O Globo On-line*, 26 de junho de 2011.

Quatro foram as passagens bíblicas mais recorrentemente utilizadas, em nosso material, para condenar a prática homossexual. A maior parte é oriunda do Antigo Testamento (A.T.), sendo duas do livro de Levítico e uma de Gênesis. Do Novo Testamento (N.T.), foi citado somente um trecho, da Epístola aos Romanos.

10. Sil diz:

DEUS detesta, odeia o pecado, quando DEUS enviou dois anjos na cidade de **Sodoma e Gomorra** foi para destruir porque?? [...] Foi por causa do pecado, os homens daquela cidade eram homossexuais, e queriam que Ló os colocassem para fora para eles poderem ter contato com eles, **isto é real** está escrito no livro de **Gênesis cap 19**.

Comentário sobre a notícia “Lanna Holder vai pregar na Parada Gay, São Paulo”, *Batú Gospel*, 17 de junho de 2011.

Interessante notar, neste sentido, que, embora a maior parte dos discursos contrários tenha pertencido a denominações evangélicas, ou seja, instituições religiosas cujo foco é a interpretação e divulgação do Evangelho, livro do Novo Testamento, não foram predominantes os dogmas do N.T., mas sim os do A.T., livro no qual aparecem condenações diretas à prática da homossexualidade mais numerosas.

Outra contradição identificada em nossa análise referiu-se à própria exaltação da natureza, que nestas estratégias discursivas apareceu como supostamente heterossexual, supostamente direcionada para a multiplicação da espécie. Se, por um lado, este estado de natureza “não corrompida” é defendido e aclamado na defesa da heteronormatividade, sendo

a homossexualidade algo pecaminoso porque iria de encontro a este estado, por outro, os mesmos discursos religiosos combatem, de forma recorrente, os instintos sexuais, inclusive os heteronormativos, quando estes não obedecem a determinadas regras morais (é o caso, por exemplo, do sexo antes do casamento, ainda condenado por grande parte das religiões cristãs).

Observa-se, assim, que a “natureza”, neste âmbito, não apresenta um sentido único, estável, mas sofre operações discursivas que a moldam: quando o propósito é a reprodução da espécie, ela é evocada (embora sempre de acordo com determinadas regras de conduta). Quando se trata de práticas sexuais que não se enquadram no que os dogmas prescrevem, inclusive as realizadas entre indivíduos do mesmo sexo, então o instinto sofre interdições.

Em relação às estratégias discursivas que, no plano do debate religioso, não condenaram a prática homossexual, três foram as recorrências evidenciadas no estudo: os discursos confrontaram a credibilidade das instituições religiosas (criticando aspectos como o pagamento do dízimo, por exemplo), questionaram as interpretações da Bíblia, sobretudo as literais, e recorreram ao princípio bíblico de amor ao próximo para condenar o preconceito. Uma destas argumentações pode ser exemplificada no trecho abaixo:

11. VANGUARD diz:

A alegria e a liberdade incomodam as pessoas que tem medo. Eles acham que Deus está observando a Parada Gay, mas Deus está observando mesmo é o que andam fazendo os **exploradores da ignorância alheia, prometendo lugares no Paraíso**. Cuidado. Não há vida após a morte, portanto vamos aproveitar bem essa que termina logo. Aproveitem enquanto podem, e não caiam no “**conto**” evangélico.

Comentário sobre a notícia “Hackers invadem *site* da Parada Gay de São Paulo”, *O Globo On-line*, 6 de junho de 2011.

Os discursos de defesa configuraram, basicamente, reações a ataques prévios, fundamentados na Bíblia. Um mandamento evocado, neste sentido, foi o “amai-vos uns aos outros” para condenar os preconceitos contra homossexuais. Não por coincidência, o versículo foi utilizado pela

organização oficial da Parada Gay de São Paulo, que, em carta aberta, manifestou a intenção de “pedir fim à guerra travada entre religião e direitos humanos”.

12. Eva diz:

Fala-se muito em Jesus mas poucos seguem seu exemplo de **amor ao próximo, deturpam** tudo que Ele falou e depois pousam de bons moços. Que Deus em sua misericórdia tenha pena de todos nós.

Comentários sobre a notícia “Cruzada religiosa combate direitos civis dos *gays*”, *Terra Magazine*, 29 de junho de 2011.

As enunciações que compuseram a subcategoria do juízo moral biológico, por sua vez, giraram em torno, basicamente, do conceito de normatividade. O que pareceu importar, nestas enunciações, foi argumentar se a prática homossexual é “normal”, “saudável”, ou uma “patologia”.

As estratégias discursivas que patologizaram a homossexualidade tenderam, em nosso material, a reduzir as práticas sexuais dos sujeitos a características físicas. Identidade de gênero e identidade sexual foram tomadas como um mesmo elemento. Nestes discursos, foram recorrentes as afirmações de que o “normal” seria a relação heterossexual, porque, no caso de um sujeito do sexo masculino, por exemplo, aspectos de sua anatomia (ter um pênis) seriam determinantes para caracterizá-lo como um homem e, consequentemente, para condicionar sua identidade sexual: praticar sexo com mulheres, e não com outros homens:

13.

O batista também é contra a união entre pessoas do mesmo sexo. “Não sou a favor. Você tem **útero, vagina?** Deus te fez homem. Você deve se aceitar assim”, acrescentou, apontando para uma colega do grupo que diz ter abandonado o lesbianismo após o contato com a igreja.

Trecho da notícia “Evangélicos vão a Parada Gay para pregar para os homossexuais”, *HGospel.com*, 20 de junho de 2011.

A “natureza”, conceito fundamental nas operações discursivas do âmbito religioso, foi também ecoada nos discursos biológicos para realçar a noção de normatividade. De acordo com esta perspectiva, a homossexualidade, uma vez que iria de encontro às regras da natureza,

não seria uma condição, algo imposto às pessoas, mas sim uma escolha individual.

Interessante notar que, nos discursos de defesa da homossexualidade no terreno biológico, a normatividade foi também o principal elemento evocado. Nestes casos, no entanto, o que se viu foi uma essencialização do desejo homossexual – a sexualidade foi tomada não como algo processual, mas sim como algo dado, pré-elaborado. Nesta perspectiva, a homossexualidade encontraria legitimidade não porque todas as pessoas são livres para vivenciar suas sexualidades, mas sim porque elas não teriam outra opção, não teriam outra possibilidade. A sexualidade, nos discursos de defesa, não foi elaborada como uma opção, mas sim como uma condição. O exemplo abaixo é um dos que evidenciam este prisma essencialista:

14. Marcelo diz:

Se vc perguntar para um gay se é uma escolha a questão de gostar de pessoas do mesmo sexo, prontamente ouvirá, é uma **condição...** e **não** uma **escolha!**

Comentário sobre notícia “Índios protestam na Parada Gay contra construção de usina”, G1, 30 de junho de 2011.

Em todas as categorias de análise do nosso estudo, chamou atenção a desproporção entre os discursos que, de alguma forma, condenaram a homossexualidade (cerca de 87% dos comentários) e aqueles que a defenderam (pouco mais de 10% do total de comentários pesquisados). Os discursos contrários à prática homossexual e a dispositivos legais favoráveis a minorias sexuais foram ágeis na publicação de comentários; já os enunciados favoráveis ocorreram de forma meramente reativa nas discussões, apenas em resposta a juízos e argumentos prévios, de teor acusatório e/ou ofensivo. No caso do PLC 122, por exemplo, embora existam petições *on-line* com o objetivo de pressionar o Congresso para aprovar a medida, elas não foram citadas.

Além disso, muitos dos discursos contrários à prática homossexual ou a projetos de lei defendidos por estas minorias manifestaram apoio à candidatura do deputado Jair Bolsonaro à presidência, no sentido de

considerá-lo um representante político para defender a “família brasileira”, embora a maior parte destes discursos tenha sido composta somente de expressões de aclamação, como “Viva Bolsonaro!” ou “Bolsonaro presidente!”, estando ausente a elaboração de ações e/ou mobilizações políticas.

É interessante observar que, no entanto, o mesmo tipo de apoio não foi encontrado entre os que defenderam os grupos sexuais minoritários, embora os segmentos LGBT possuam representantes entre os políticos, como o deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), que atua em projetos de defesa da cidadania LGBT, a favor do PLC 122 e do casamento civil para lésbicas e *gays*, entre outros. É possível observar em nosso material de pesquisa, portanto, um problema de articulação, no plano do discurso, de partes do movimento LGBT com o plano formal.

Uma das recorrências que mais chamaram atenção durante a análise diz respeito à utilização das chamadas “citações de autoridade” destacadas por Maingueneau (1989), na qual os discursos são elaborados a partir de citações provenientes de uma espécie de “Locutor superlativo” (MAINGUENEAU, 1989, p. 100-101) que detém grande legitimidade enunciativa em uma determinada coletividade. Neste processo, desempenham importante papel os “peritos”, termo referente ao “sistema perito” descrito por Giddens (1991) e que designa os “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje” (GIDDENS, 1991, p. 35).

No caso do nosso estudo, independentemente do posicionamento que revelam a respeito do evento ou da sexualidade não heteronormativa, os discursos analisados evocam dois tipos de autoridade: a Constituição Federal – quando o que está em pauta são as reivindicações de minorias sexuais no terreno legal – e a Bíblia, citada para condenar ou defender grupos LGBT. As doutrinas religiosas e o campo jurídico constituem, neste sentido, as fontes de legitimidade mais utilizadas.

Se as discussões situadas no terreno do Direito forneceram validade enunciativa para os discursos, foi o campo religioso, no entanto, o mais evocado, especialmente nos discursos que de alguma forma condenaram a sexualidade não heteronormativa. No caso da categoria referen-

te ao debate biológico, a evocação de supostas normas “naturais” para deslegitimar a conduta homossexual combinou-se com a utilização de citações bíblicas, nas quais se encontraria uma definição do suposto pecado da prática homossexual pelo fato de esta “contrariar a natureza”. Com relação aos direitos civis, os princípios constitucionais referentes à liberdade de crença foram organizados de forma a deslegitimar alguns projetos defendidos por grupos minoritários sexuais, especialmente o Projeto de Lei da Câmara 122, que pretende categorizar como crime a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. De acordo com este ponto de vista, caso aprovado, o PLC 122 proibiria a ação de líderes religiosos ou qualquer indivíduo que condenasse o “pecado” da homossexualidade baseando-se na Bíblia – uma “mordaça *gay*”, expressão criada para desmerecer o projeto.

A grande recorrência ao conteúdo religioso como estratégia discursiva parece ser um indicativo de que as complexas relações entre homossexualidade e religiosidade configuram um tema premente na sociedade, necessário para se pensar as relações das sexualidades não heteronormativas com o tecido social – não apenas nos campos formal e institucional, mas também em relação àquilo que Habermas (1987) chamou de mundo da vida, ou seja, o compartilhamento de definições, sentimentos e percepções comuns nas práticas do cotidiano.

Para concluir

A Parada Gay traz para o debate público questões referentes às relações de poder e gênero na sociedade brasileira contemporânea, e neste sentido opera como poderoso elemento de agendamento midiático no campo social. Entretanto, a proposição da questão LGBT na arena pública midiática provoca intensa reação, como evidenciam os dados deste estudo. Tal reação caracteriza-se principalmente por ataques frontais à realização do evento. Nos dados analisados, 87% dos comentários publicados na internet aderem a esta reação de cunho conservador, contra apenas 13% de comentários favoráveis; ainda assim, surgem apenas como resposta às posições mais exaltadas e agressivas.

No teor das críticas, foram identificadas três linhas básicas de ataque à posição LGBT: um questionamento sobre a pertinência da realização do evento, sobre a regulamentação dos direitos civis de homossexuais; e juízos de valor de ordem moral, biológica e religiosa contra a prática homossexual. É importante ressaltar que o viés religioso perpassa a argumentação de todas as categorias, evidenciando a imbricação entre religião e políticas da sexualidade: desafios para os movimentos sociais brasileiros no século XXI.

Os dados apontam para uma diversidade significativa, referente tanto às opiniões da sociedade sobre minorias sexuais como às relações de poder e gênero, em resposta aos tópicos suscitados pela Parada Gay. A divergência de posicionamentos e as contradições evidenciadas durante a investigação mostram algumas das dificuldades encontradas no caminho de uma democracia e cidadania plenas.

Referências

- BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: CEN, 1976.
- BÍBLIA. Português. *Bíblia Sagrada*. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 1969.
- BOFF, L. 2005. O cuidado essencial: princípio de um novo *éthos*. *Revista Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 28-35, out./mar. 2005.
- CALHOUN, C. Social theory and the politics of identity. In: CALHOUN, C. (Ed.). *Social theory and the politics of identity*. Cambridge, Mass: Blackwell, 1994. p. 9-36.
- CARRARA, S.; RAMOS, S. Política, direitos, violência e homossexualidade. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho LGBT – Rio 2004. Rio de Janeiro: CEPESC, 2005.
- FACCHINI, R. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. *Bagoas: revista de estudos gays*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, v. 3, n. 4, jan./jul.2009.
- _____. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- FERNANDES, R. C. Sem fins lucrativos. *Comunicações do Iser*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 15, p. 13-31, jul. 1985.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2009.
- _____. *Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FRASER, N. Redistribuição ou reconhecimento? Classe e *status* na sociedade contemporânea. *Interseções*, ano 4, n. 1, 2002.

- . Rethinking the public sphere. In: *Justice Interrupts* – Critical reflections on the “post socialist” condition. New York: Routledge, 1997.
- GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unes, 1991.
- GUREVITCH, M. (Org.). *Mass Media and Society*. London: Edward Arnold, 1991. p. 82-117.
- HABERMAS, J. *The theory of communication action*. Volume 2: Lifeworld and System: A Critique of Functionalist Reason. Massachusetts: Beacon Press, 1987.
- . *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- LOURO, G. L. Teoria *queer*: uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes, 1989.
- MELUCCI, A. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- . Um objetivo para os movimentos sociais? *Lua Nova* – Revista de cultura e política, n. 17, p. 49-66, 1989.
- OFFE, C. New social movements: challenging the boundaries of institutional politics. *Social Research*, v. 52, n. 4, 1985.
- PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. Texto apresentado no IV Encontro da Compolítica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 13 a 15 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2011.
- RODRIGUES, A. D. Experiência, modernidade e campo dos *media*. Universidade da Beira Interior, Covilhã, 1999. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-exp-campmedia.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2011.
- TARROW, S. *O poder em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2009.

Reportagens em veículos on-line

- 15ª PARADA GAY espera reunir 3 milhões. *Diário do Grande ABC*, 26 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/News/5895442/15-parada-gay-espera-reunir-3-milhoes.aspx>>. Acesso em: 27 jun. 2011.
- BERGAMIN JR., G. 15ª Parada Gay de SP é lançada com carta contra conservadorismo. *Folha On-line*, 6 jun. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/925977-15-parada-gay-de-sp-e-lancada-com-carta-contr-conservadorismo.shtml>>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- DIMENSTEIN, G. São Paulo é mais *gay* ou mais evangélica?. *Folha.com*, 24 jun. 2011. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/gilbertodimenstein/934389-sao-paulo-e-mais-gay-ou-evangelica.shtml>>. Acesso em: 12 jul. 2011.
- EVANGÉLICOS vão a Parada Gay para pregar para os homossexuais. *HGospel*, 29 jun. 2011. Disponível em: <<http://hgospel.com/noticias/evangelicos-v-o-a-parada-gay-para-falar-sobre-alegria-de-jesus-3006>>. Acesso em: 10 jul. 2011.

- HACKERS invadem *site* da Parada Gay de São Paulo. *Globo On-line*, 6 jun. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/hackers-invadem-site-da-parada-gay-de-sao-paulo-2760934>>. Acesso em: 15 jun. 2011.
- ÍNDIOS protestam na Parada Gay contra construção de usina. *G1*, 30 jun. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/redacao/2011/06/26/indios-fazem-protesto-na-parada-contra-construcao-de-usina>>. Acesso em: 2 jul. 2011.
- LANNA Holder e sua companheira farão evangelismo na Parada Gay em SP. *Gospel Prime*, 16 jun. 2011. Disponível em: <<http://noticias.gospelprime.com.br/pastoras-lesbicas-lanna-holder-e-sua-companheira-farao-evangelismo-na-parada-gay-em-sp/>>. Acesso em: 25 jun. 2011.
- OCUPAÇÃO hoteleira da região da Paulista mantém mesmo índice dos anos anteriores. *Mix Brasil*, 21 jun. 2011. Disponível em: <<http://mixbrasil.uol.com.br/pride/ocupacao-hoteleira-na-regiao-da-paulista-mantem-mesmo-indice-dos-anos-anteriores.html#rmcl>>. Acesso em: 2 jul. 2011.
- SEMER, M. Cruzada religiosa combate direitos civis dos gays. *Terra Magazine*, 29 jun. 2011. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5211205-EI16410,00.html>>. Acesso em: 2 jul. 2011.
- SILAS Malafaia critica Parada Gay e cobertura da mídia. *Christian Post*, 2 jul. 2011. Disponível em: <<http://portuguese.christianpost.com/news/silas-malafaia-critica-parada-gay-e-cobertura-da-midia-2289/>>. Acesso em: 10 jul. 2011.
- “SOU UMA travesti que já nasceu operada”, diz Preta Gil na abertura da Parada Gay em SP. *Globo On-line*, 26 jun. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/pais/sou-uma-travesti-que-ja-nasceu-operada-2787750>>. Acesso em: 27 jun. 2011.
- “SPTURIS apresenta perfil dos participantes da Parada Gay”. Mercado e Eventos, 20 jun. 2011. Disponível em: <<http://www.mercadoeventos.com.br/site/noticias/view/73692>>. Acesso em: 13 jul. 2011.